

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM RIO GRANDE: A ESTRUTURA DA FÁBRICA RHEINGANTZ A PARTIR DO OLHAR DE UM OPERÁRIO

CARMEM G. BURGERT SCHIAVON*

JANAINA SCHAUN SBABO**

RESUMO: O presente texto visa abordar o pioneirismo da Fábrica Rheingantz (fundada na cidade do Rio Grande/RS a partir de 1873 e que se manteve até fins da década de 1960), a qual ganhou grande expressão no cenário econômico regional e nacional, produzindo têxteis para o mercado interno e externo. Durante suas atividades, formou um grande complexo, contando com filiais, uma vila operária, uma escola e uma sede social, e estabeleceu-se de tal forma no lugar, que chegou a fazer parte do cotidiano das pessoas e da cidade como um todo, delimitando não somente a sua organização espacial e temporal, bem como vindo a se constituir como a base da economia local de modo pioneiro, conforme se observará na sequência deste texto. Nesta direção, apresenta-se a estrutura da Fábrica Rheingantz a partir do olhar do operário Dário Compolsivan.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio industrial; Rheingantz; pioneirismo; olhar operário.

ABSTRACT: This paper aims to address the pioneering Rheingantz Factory (founded in Rio Grande/RS from 1873 and which remained until the end of 1960), which gained widespread in the regional and national economic environment, producing textiles for the domestic

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG).

** Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

and foreign markets. During its activities, has formed a large complex, with branch offices, a workers village, a school and a headquarters, and set up so the place that came to be part of the daily lives of people and the city as a whole, defining not only their spatial and temporal organization as well as come to be constituted as the basis of the local economy in a pioneering way, as will be seen following this text. In this direction, it presents the structure of Rheingantz Factory from the look of the workers Dario Compolsivan.

KEYWORDS: industrial heritage; Rheingantz; pioneering; look worker.

Aspectos iniciais

No decorrer do século XIX, a ineficiência energética e siderúrgica do Brasil, bem como a inexistência de um mercado consumidor considerável e o caráter regionalista de produção representam os principais fatores que prejudicavam a formação de uma indústria moderna no território nacional. Tal fator decorre do comprometimento da rede de comunicação entre as regiões, somado à amplitude territorial e à inabilidade dos transportes, em um país em que prevalecia, até então, a hegemonia de uma classe social específica, a dos fazendeiros, os quais, como não é difícil de imaginarmos, agiam na defesa de seus próprios interesses.

Não obstante, será com o aumento da oferta de mão de obra e matéria-prima que haverá a instalação de pequenas manufaturas, criando um cenário favorável à abertura das indústrias têxteis e alimentícias, condições que poderão ser visualizadas no primeiro decênio do século XX, no momento em que teremos o desenrolar de um surto fabril satisfatório e uma fase de crescimento; esta irá se prolongar com a instituição da República e terá, por consequência, a inserção do país no sistema capitalista de produção. Nesta direção, destacamos que este processo inovador teve por origem a região paulista, devido ao cultivo e comercialização do café, produto responsável pelo acúmulo de capital no país. Desse modo, esta cultura propiciou o crescimento urbano na região, devido à possibilidade de obtenção da mão de obra suficiente para suprir as necessidades do mercado, ocasionando o aumento

e a solidificação da produção, identificando assim a presença do setor industrial na economia brasileira. Sobre este ciclo de atividades financeiras do Brasil, Caio Prado Júnior aponta que:

A acumulação capitalista ainda é essencialmente no Brasil um fato individual restrito. Aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café. Quando depois de 1907, por exemplo, o café produzia larga margem de proveitos graças à política de valorização, mas o seu plantio estava limitado e havia o perigo da recorrência da crise, muitos daqueles lucros foram aplicados na indústria que efetivamente, depois de 1910, se desenvolve com rapidez (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 264).

Diante da falta de perspectiva em relação à eclosão de seu sistema produtivo, o Brasil passou a aderir ao sistema imperialista representado pelo capital financeiro internacional, pois a prática de exportação fora analisada como um refúgio às ações até então vigentes, como é o caso da força produtiva tradicional, que preconizava o abastecimento do mercado interno e o cultivo de artigos envolvidos na produção destinada à subsistência populacional.

Em consonância a este período de transformações ocorre, efetivamente, um determinado incremento do mercado consumidor, fenômeno este que advém com a abolição da escravidão (1888), conjuntamente com o processo de recepção de trabalhadores oriundos de outros países, instalados em regiões como o sudeste e o sul do Brasil. Porém, é diante desta organização e crescimento do setor urbano que, a partir de 1930, esse processo se modifica, haja vista a eclosão da crise em outubro do ano precedente, caracterizando assim, alterações nas atividades de exportação do país e atingindo em cheio o carro-chefe da economia interna: o café, produto responsável por financiar o crescimento e a proliferação da indústria brasileira na época.

Assim, enquanto São Paulo e outras regiões centrais do país, eram vistas como os grandes polos da nossa economia, existiam

as localidades periféricas, as quais vivenciavam a desigualdade ocasionada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, afetando ainda os interesses das oligarquias regionais, tanto na esfera política, como também, na produtiva. Diante desta perspectiva, Sandra Pesavento relata que:

Dentro de um contexto onde se dava, cada vez mais, a projeção do poder central em detrimento da estrutura oligárquica do poder e em que se diversificava a estrutura econômica brasileira como um todo, surgia a noção de integração do mercado nacional. A partir desta perspectiva, as economias regionais, baseadas em artigos de subsistências agropecuários, eram chamadas a colaborar para suprir o abastecimento interno do país, na sociedade urbano-industrial que se desenvolvia (PESAVENTO, 1980, p. 49).

Dessa forma, salientamos que o perfil peculiar de povoamento e de desenvolvimento das atividades econômicas no Rio Grande do Sul possibilitou que o seu território fosse vítima de disputas, frente ao processo de estabelecimento de poder, já que se pressupunha ser este um local propício para o desenvolvimento de práticas agrícolas e pastoris. Posteriormente, com o início da industrialização gaúcha, ocorrido no início da década de 1880 e tendo como principais polos as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande – sem levarmos em conta a participação das charqueadas neste cenário –, a indústria gaúcha teve o seu início na cidade do Rio Grande, com a instalação da Fábrica de Tecidos Rheingantz (ano de 1873).

Neste momento, comparativamente, Porto Alegre apresentava pequenos estabelecimentos, porém em maior número, já a cidade de Pelotas constituía-se por estruturas que produziam derivados da pecuária, destinados à exportação. Foi deste modo, embasado nesta relação produtiva que o Estado gaúcho passou a representar, frente à economia nacional, um importante papel de abastecimento do mercado interno durante os anos que se seguiram à instituição da chamada República Velha. Entretanto, a partir da década de 1920, após a gestação e o fortalecimento do capitalismo na região, a economia gaúcha começa a se modificar, com base no aumento tendo por base o número de indústrias que

estavam sendo instaladas no local.

No início do século XX, o advento das empresas frigoríficas desencadeou uma crise nas charqueadas e com isso, para que houvesse o aproveitamento da terra que, por certo período ficou inutilizável, o plantio do arroz e o acréscimo das agroindústrias foram vistos como estratégias de sobrevivência para estas localidades rurais. Sobre esta crise, a historiadora Beatriz Loner realiza a seguinte reflexão:

A crise na pecuária do início da República foi superada, graças a políticas internas do governo borgista e, especialmente, à Primeira Guerra Mundial, que permitiu às charqueadas trabalharem a todo vapor, exportando sua produção para o exterior. Contudo, em 1919, nova crise desencadeou-se na pecuária, porque o governo do Estado, no momento buscando a encampação das estradas de ferro gaúchas, retirou todo o dinheiro aplicado em bancos estaduais, especialmente no Banco Pelotense, dessa forma, provocando a descapitalização da região (LONER, 2001, p. 49).

Desse modo, as primeiras décadas do século XX foram marcados pela crise e a economia pelotense teve que se adaptar aos novos rumos que surgiam. Por outro lado, neste momento, a cidade do Rio Grande conseguiu manter o mínimo de estabilização requerida, com o intuito de preservar as suas empresas e foi, justamente, a importância que estes estabelecimentos representavam na época que possibilitou a sua estabilização. Neste cenário econômico é que a classe operária será concebida em Rio Grande, vindo a se constituir como a protagonista neste processo de crescimento industrial, conforme observaremos na sequência deste texto.

O crescimento industrial na cidade do Rio Grande

Conforme observado anteriormente, o desenvolvimento propiciado pelas atividades de exportação e importação, conduziu a cidade do Rio Grande a um crescimento comercial considerável no final do século XIX, possibilitando o aparecimento de

investimentos no setor industrial.

É inegável a presença de elementos que demonstram a proeminência do polo industrial citadino, pois este apresentava um dinamismo inexistente, por exemplo, em cidades como Porto Alegre e Pelotas, sendo alicerçado em bases oferecidas pelo capital nacional e internacional, o qual era representado por fábricas de bens não duráveis como é caso das indústrias têxteis, destacando-se a União Fabril e Leal Santos como instituições privadas que irão contribuir na formatação deste capital industrial na cidade.

Ao lado destas estruturas, existiam as chamadas oficinas, consideradas estabelecimentos com fabricações artesanais, entre as quais podemos citar as tipografias – necessárias para a edição de jornais de cunho comercial –, além de organizações destinadas à proliferação de ideais considerados revolucionários, como é o caso dos periódicos operários.

Neste sentido, destacamos que esse movimento de eclosão foi possível devido à posição geográfica estratégica em que o município do Rio Grande estava inserido, haja vista o fato de se tratar de uma cidade portuária. Vejamos como o geógrafo Solismar Martins aborda esta questão:

O resultado desse crescimento fabril pode ser exponencial, seja para atender as demandas da população que se subordina diretamente à produção, como o operariado, ou para aqueles envolvidos de forma indireta. Ao se tratar de uma cidade portuária, alguns desses aspectos são ainda mais relevantes, seja pela forma concentrada do capital investido, seja por esse capital ser oriundo de outras localidades ou até mesmo do exterior (MARTINS, 2006, p. 29).

Sendo o porto da cidade do Rio Grande o principal ponto de escoamento de mercadorias, podemos salientar a sua estreita relação com as demais áreas produtivas no Estado. Deste modo, convém situarmos Rio Grande por meio de sua configuração espacial como uma cidade basicamente comercial, aspecto que favoreceu a acumulação do capital necessário para a sua transformação no âmbito econômico e social.

Estes aspectos geraram, por conseguinte, a adesão de uma quantidade surpreendente de trabalhadores que acabaram sendo

instalados ao redor das fábricas, contribuindo para a edificação de moradias que atribuíram à cidade uma formatação peculiar quanto ao seu espaço urbano. Posteriormente, a prática de nacionalização da mão de obra predominante nas indústrias foi outro aspecto que ganhou espaço entre as discussões, conforme retrata Loner:

Para a década de 1920 em diante, trabalhou-se com a hipótese de nacionalização do trabalhador, não só pelo decréscimo da imigração, mas também pela própria substituição de gerações entre os trabalhadores, pois então já se haviam passado três décadas do surto imigratório e os primeiros operários estrangeiros foram substituídos por seus filhos, nascidos no Brasil ou no exterior, mas tendo crescido aqui e mantendo laços de intensidade variável com a cultura nacional de origem (LONER, 2001, p. 84).

Além deste componente social – o trabalhador –, é importante frisarmos que no desdobrar-se da primeira fase de industrialização, ocorreu o surgimento de um novo elemento da pirâmide social rio-grandina; em outras palavras, estamos falando da formação de uma elite economicamente favorecida pelo processo mercadológico, a qual contribuirá para a instalação de estruturas culturais, como a fundação de teatros e clubes, a fim de atender aos anseios de uma aristocracia urbana. Salientamos, ainda, que os proprietários das empresas aqui localizadas, em sua maioria, eram de origem portuguesa ou alemã, e que estes exerceram um importante papel no processo de desenvolvimento comercial e industrial na cidade e, até mesmo, na região.

Em situação inversa, constatamos a proliferação de residências em condições quase miseráveis, habitadas por trabalhadores nacionais e imigrantes que eram, por sua vez, vítimas das políticas de aquisição de mão de obra para as fábricas; estas moradias podiam ser comparadas aos cortiços que existiam em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, a recepção destes indivíduos foi um complicador, pois acabou por prejudicar na formação da classe operária rio-grandina, já que traziam consigo novos hábitos de convívio, tanto no que tange aos seus costumes religiosos, como também no idioma falado.

Nas três primeiras décadas do século XX, com a tentativa de se gestar uma economia nacional localizada, surgiram algumas mudanças no cenário brasileiro, elencando a emissão de bens duráveis como protagonistas desta nova configuração do mercado, tal fenômeno refletiu-se em Rio Grande, incentivando o município a adaptar-se a esta nova realidade.

Com isso, podemos observar que a história da cidade do Rio Grande depara-se com estágios responsáveis por dividir a estrutura econômica do município em dois grandes períodos industriais, impondo assim, demarcações temporais, as quais resultam no estabelecimento de novos paradigmas sociais: “a primeira compreende o período da industrialização dispersa na cidade, que tem início em 1874 e se estende a década de 1960. [...] por último [...] começa na década de 1970 e vai até os dias de hoje [...]” (MARTINS, 2006, p.27).

Desse modo, compreendendo o desenvolvimento capitalista em sua essência, como algo dependente dos períodos históricos e das modificações sociais por eles influenciados, novas categorias profissionais ganharam espaço, principalmente, no ambiente urbano, iniciando um processo de modelagem da mão de obra e a estabilização do setor terciário, haja vista que o país ingressava em uma fase em que o crescimento, sob vários aspectos, projetava uma nova feição social e política. Este fenômeno irá, por conseguinte, viabilizar o predomínio das associações em todo o país, organizações estas que foram gestadas no início do século e que irão exercer uma importante influência nos anos que se seguem; entre elas, destacamos os estivadores (1900), têxteis e sapateiros (1902), condutores de bondes (1905), metalúrgicos e pedreiros (1905) e trabalhadores de frigoríficos (1908).

As associações que surgiram a partir do final do século XIX persistiram ao longo da centúria seguinte com denominações variadas, entre elas temos: associações, federações, círculos ou ligas. Contudo, no período de 1900-1930, há uma melhoria da vida cidadina, influenciando na difusão e formação de entidades que são, por sua vez, intituladas de forma diferenciada, já que detinham um poder de organização mais amplo, passando a serem reconhecidas como confederações ou, até mesmo,

sociedades, organizações estas que não dispuseram de qualquer regulamentação por parte do Estado, contando apenas com o registro de seus estatutos em cartório, tendo em vista que foi somente em 1931, no governo de Getúlio Vargas, que o Estado intenciona intervir perante o desenvolvimento de ações sindicais, conferindo por meio do Ministério do Trabalho uma regulamentação basilar, já que rompia com a liberdade organizacional, até então tida pelos associados em geral, ou seja, os interesses do trabalhador industrial tiveram uma representação oficial somente a partir deste período.

Dessa forma, perante os novos rumos e os esforços estadistas no sentido de estabelecerem uma intervenção diante das congregações representativas, estes não limitaram o surgimento de propostas que fomentassem as mobilizações classistas apresentadas aos operários no decorrer destas décadas. Tal resistência ocorreu devido a presença de estratégias motivadas por estes trabalhadores, como é caso do desenvolvimento de práticas de perfil cultural e ajuda mutualista que fomentavam, por sua vez, o sentimento identitário entre o grupo de trabalhadores citadinos.

Assim, tendo em vista o processo de crescimento industrial na cidade do Rio Grande, bem como as transformações sociais ocasionadas por ele, é que apresentamos a trajetória da Fábrica Rheingantz.

Um pouco da metodologia empregada

Com o objetivo de melhor estruturarmos o texto aqui apresentado, julgamos ser necessário destacarmos a origem e a formação da Fábrica Rheingantz. Para tanto, nos valem como fonte de estudo, do depoimento cedido por um operário da fábrica, o qual esteve presente neste cenário durante a década de 1940.

Com isso, selecionamos como aparato metodológico a história oral. Enquanto metodologia de pesquisa, esta resulta da coleta de depoimentos e narrativas provenientes das entrevistas realizadas; sendo este método o responsável por produzir fontes

testemunhais, além de ser concebido como uma possibilidade de obtermos informações acerca da realidade passada, fatos estes que não seriam possíveis de serem conhecidos sem esta combinação de metodologia, método e fonte, contribuindo assim, para o desenvolvimento de pesquisas em distintas áreas do conhecimento.

Compreendemos que a história oral se ocupa de acontecimentos lembrados e, ao mesmo tempo, silenciados, momento em que os sujeitos têm as suas vivências formuladas por meio das representações sociais, haja vista se tratar de um fenômeno que perpassa pelo processo de constituição da memória, seja ela individual ou mesmo coletiva, e que é configurada a partir do contexto social em que o sujeito está inserido. Segundo Jacques Le Goff (1994), a memória consiste na propriedade de preservar lembranças e que se refere a funções psíquicas, pois permite atualizar informações passadas. Neste sentido, a memória é seletiva, uma vez que o depoente determina o que será ou não compartilhado, sendo a oralidade uma forma de organizar as lembranças que receberão possibilidades de análises e pesquisas. E, neste caso, buscamos desenvolver uma análise acerca da Fábrica Rheingantz a partir das memórias do operário Dário Compolsivan.

A estrutura da Fábrica Rheingantz: memórias de Dário Compolsivan

Os alemães foram os primeiros imigrantes a chegar no Rio Grande do Sul, em 1824, e passaram a praticar uma agricultura de subsistência em pequenos lotes (PAULITSCH, 2008, p.26). Em relação à mão de obra, as empresas financiavam a vinda de trabalhadores habilitados da Europa.

Na cidade do Rio Grande, em 1874, no primeiro prédio, localizado no quarteirão formado pelas ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio, iniciavam-se as atividades da Fábrica Rheingantz. Acompanhando a chegada dos imigrantes europeus para o Estado, foi fundada por Carlos Guilherme Rheingantz, de nacionalidade alemã, em sociedade com seu sogro, Miguel Tito. No entanto, a sociedade

logo se desfez e Carlos Rheingantz passou a comandar a fábrica sozinho. A partir desse momento, Carlos Guilherme Rheingantz assumiu o gerenciamento da fábrica; neste momento, a sua denominação foi alterada, passando a ser conhecida como Fábrica Nacional de Tecidos de Lã de Rheingantz & Cia (PAULITISCH, 2008, p.57).

Em 1891, a Fábrica foi transformada em sociedade anônima, passando a se chamar União Fabril e Pastoril. No entanto, em 1895, ela sofre novas modificações e passa a ser apenas União Fabril. Sobre o seu perfil de produção, a fábrica tinha como finalidade produzir tecidos de lã.

Após a construção das casas dos operários – fato ocorrido a partir de 1884 –, as demais construções de semelhante tipologia foram edificadas entre os anos de 1903 e 1922, construindo o que hoje conhecemos como a Vila Operária.

Como podemos observar, na época, considerava-se comum a vinda de imigrantes para atuarem como mão de obra especializada a fim de trabalharem nas indústrias brasileiras, ou seja, estes trabalhadores eram trazidos de seus países para exercerem um papel que, até então, no que compete às atividades fabris, inexistia, pois, os imigrantes que aqui chegavam, tanto homens como mulheres, mesmo indiretamente, atendiam às necessidades das instituições fabris do período.

Contudo, podemos perceber que nem todos os imigrantes vinham com o intuito de trabalhar nas fábricas e observamos tal característica, claramente, nos relatos de Dário Camposilvan, trabalhador da Fábrica Rheingantz durante a década de 1940, entrevistado no dia 28 de setembro de 1981, pela professora Maria Regina da Silva Freitas, na cidade do Rio Grande. No decorrer da sua entrevista, ele revela que mesmo sendo imigrante, não se estabeleceu na cidade mas, por outro lado, ele indica importantes informações no que concerne ao crescimento do setor industrial rio-grandino em determinados períodos. Neste sentido, Compolsilvan nos informa que a Segunda Guerra Mundial influenciou demasiadamente na composição da mão de obra proletária na indústria local, aspecto considerado de significativa importância para o contexto regional, tendo em vista que, naquele

momento, a Rheingantz era considerada uma das maiores fábricas do Estado do Rio Grande do Sul (COMPOSILVAN, 1981).

Segundo Compolsivan, no que diz respeito à carga horária de trabalho dos funcionários, ele nos informa que totalizava em torno de dez horas diárias. O depoente ainda ressalta que, com a finalidade de atribuir maior assistência às funcionárias, a fábrica disponibilizava locais para a permanência dos filhos das operárias, estabelecendo um calendário escolar específico e regular. Além disso, o entrevistado também destaca que haviam aluguéis de moradias – fazendo referência à Vila Operária – e assistência para os funcionários vindos de fora, prática que se manteve até o ano de 1968, momento em que foi decretada a falência da fábrica.

Entretanto, se as décadas iniciais do século XX caracterizavam-se pela estrutura econômica da cidade do Rio Grande como sendo basicamente de cunho industrial – devido à quantidade de empresas aqui instaladas –, durante a década de 1960, ocorre uma situação inversa mediante o fechamento de indústrias têxteis, como é o caso da própria Fábrica Rheingantz, sendo que o seu término, segundo Ferreira (2002, p.10), ocorreu em virtude de problemas de ordem administrativa e econômica. Posteriormente, a Fábrica ainda teve uma breve retomada de suas atividades a partir da ação de grupos vindos de São Paulo e, nesta época, a Rheingantz passou a ser denominada com o nome de Cia. Inca Têxtil; porém, esta nova abrangência de atividade não se manteve por muito tempo.

Em 1995 ocorreu o início do processo de tombamento do Complexo da Rheingantz e em 16 de julho de 2012¹, o tombamento foi efetivado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), sob a portaria SEDAC nº 38/2012 e com o registro de número 113 do Livro Tombo. O tombamento ocorreu em decorrência da emissão de um Parecer Técnico, o qual assegurou o valor histórico, arquitetônico e cultural do Complexo, bem como a importância

1 “Este tombamento estadual inclui a antiga Fábrica Rheingantz e Vila Operária, bem como o sítio ferroviário da cidade de Rio Grande. A portaria de tombamento Nº 38/2012, publicada no Diário Oficial do Estado (DO)”. Informação disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43405>. Acesso em 27/10/2015.

do mesmo passar a pertencer ao quadro dos patrimônios culturais do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerações finais

A pesquisa em história oral viabiliza a realização de discussões interdisciplinares, estimulando uma maior divulgação desta fonte de pesquisa que expõe a relação entre a história e a memória, bem como as vivências de indivíduos até então silenciados e que muito podem contribuir à elaboração do conhecimento histórico. No caso específico deste texto, o depoimento auxilia a conhecermos alguns aspectos do cotidiano fabril, bem como a assistência atribuída aos trabalhadores, no período em que o mundo do trabalho buscava estabelecer mecanismos de fortalecimento da indústria no cenário nacional.

Em linhas gerais, constatamos que a Rheingantz em muito colaborou no processo de industrialização da cidade e este pressuposto vem à tona no momento em que contrapomos a documentação existente sobre a Fábrica com os relatos dos seus trabalhadores, como é o caso da entrevista concedida por Compolsivan, a qual nos permite observar não somente o papel dos imigrantes na constituição da fábrica Rheingantz como, também, a função da Fábrica no cotidiano dos seus trabalhadores, tanto que a mesma se mantém não somente na história da cidade, como na memória dos seus ex-funcionários, constituindo-se em um verdadeiro patrimônio industrial local.

Referências

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Os três apitos: memória coletiva e memória pública, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, RS, 1950-1970.** 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande**

(1888- 1930). Pelotas: Editora da UFPel, 2001.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande:** industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz:** uma vila operária em Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil.** 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Fonte

CAMPOSILVAN, Dario. Entrevista realizada em Rio Grande, dia 28 de setembro de 1981. FREITAS, Maria Regina da Silva. Acervo de História Oral do Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” da FURG.